

Marx na Europa do século XX

Marx in 20th Century Europe

Raquel Varela*

Roberto della Santa Barros**

Resumo – Com muita frequência é possível encontrar análises sobre a história europeia do séc. XX que não passam de justificações ideológicas do tempo presente, seja a partir de pressupostos a orbitar Washington ou premissas irradiadas desde Moscou, isso para não mencionar as teses pós-modernas ou neoconservadoras. Argumentamos nesse artigo que, para retomar a iniciativa e a luta pela autodeterminação dos trabalhadores e povos europeus, é preciso, também, uma nova escrita da história europeia recente. Nada disso é possível sem levar em conta a tradição intelectual e o movimento político que tem lugar a partir do legado de Karl Marx.

Palavras-chave: Marx; Europa; história social; autodeterminação.

Abstract – It is often possible to find analyses of 20th-century European history that are no more than ideological justifications of the present, whether asserting assumptions from Washington or premises from Moscow, not to mention postmodern or neoconservative theses. We argue in this article that in order to resume the initiative and struggle for the self-determination of European workers and peoples, a new writing of recent European history is also required. None of this is possible without taking into account the intellectual tradition and the political movement that emerged from the legacy of Karl Marx.

Keywords: Marx; Europe; social history; self-determination.

* Starting Grant da Fundação para a Ciência e Tecnologia na Universidade Nova de Lisboa. IHC e Fellow do International Institute for Social History (Amsterdam). Professora-visitante internacional da Universidade Federal Fluminense (UFF). *Correspondência:* Rua Cândido dos Reis nº 2, 1º esquerdo. Paço de Arcos – Portugal. CP: 2770-025. *Email:* <raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk>.

** Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado CAPES/PNPD/MEC-Brasil. Professor em Teoria Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Estágio de Pós-Doutoramento em História Global do Trabalho na Universidade Nova de Lisboa (UNL). *Correspondência:* Praça Doutor Nilo Peçanha, Nº 3, 304 – Edifício Jardim – Bairro do Ingá, Niterói – RJ. CEP 24210-260. *Email:* <betto.dellasanta@ufrj.br>.

Fraco rei faz fraca a forte gente
(Luís de Camões)

A história não faz nada, “não possui uma riqueza imensa”, “não dá combates”, é o homem, o homem real e vivo, quem faz tudo isso e realiza os combates, estejamos seguros de que não é a história que se serve do homem como de um meio para atingir – como se ela fosse um personagem em particular – a seus próprios fins; ela não é mais que a atividade do homem que persegue seus objetivos.
(Friedrich Engels)

O “fim” do “fim da história”

Os anos 1990 foram especialmente duros quando decretou-se “quase sem adversários intelectuais” que o que tivera fim em 1989 não fora a ditadura estalinista mas, sobretudo, o próprio socialismo. O fim da Guerra Fria propiciou uma oportunidade para que o capitalismo se pronunciasse em nome próprio “o neoliberalismo. Uma ideologia que anunciava a chegada do ponto final ao devir social, construído sobre as premissas do mercado livre, para além do qual seria impossível imaginar melhorias substanciais. Francis Fukuyama (1999) deu a expressão teórica mais ampla e ambiciosa, chamando-lhe “o fim da história”, enquanto que noutras expressões – mais vagas e populares – também se difundiu a mesma mensagem: o capitalismo é o destino histórico e universal, permanente e inevitável, do gênero humano. Fora deste “destino pleno” não existiria alternativa.

A morte das ideologias – e o chamado “fim da história” – é de fato a consagração pública da ideologia teleológica de que o homem não é protagonista da sua própria história. Uma natureza a-histórica, um destino assegurado; o futuro seria, então, ineludível. Para fazer vingar esta ideologia tem sido construída uma memória do passado europeu que não passa pelo laboratório da história. História não é memória.

Entre as teses dominantes – as quais hoje a ciência histórica refutou com amplos estudos – está a do nazismo como obra de um louco, ocultando que o regime nazi foi o corolário da explosão de todo um sistema econômico-social, o capitalismo, na crise de 1929. Outro tema constante, que apela à resignação social, insiste que todas as tentativas emancipatórias do século XX redundariam em sociedades totalitárias, a começar pela própria revolução social e política de Outubro de 1917. A ideia de que a União Europeia seria a construtora do Estado Social europeu é outro dos mitos do senso comum ilustrado. Finalmente, a hipótese de que os direitos sociais europeus findaram, com o neoliberalismo, por causa da queda da URSS, em 1989-1991, é outro mito amplamente disseminado¹.

Todas estas hipóteses esbarram de frente com os fatos e com a cronologia. Mas a cronologia é firme, o tempo tem uma força objetiva. Daí

¹ Isto é exposto, por exemplo, no artigo da celebração do centenário da Revolução Russa escrito por Jerónimo de Sousa (2017), líder do PCP, um dos maiores partidos comunistas da Europa Ocidental.

que as teses filosóficas pós-modernas “ que os historiadores tanto abraçaram (EAGLETON, 1998; ANDERSON, 2005) “ substituem fatos e interpretações por narrativas intemporais e relativistas. Temem enfrentar-se com o fardo do tempo histórico.

O desemprego nos EUA e na Europa só foi revertido em 1938-1941, quando começou a militarização da sociedade e se transformaram desempregados em soldados, no início da guerra. Não foram as medidas keynesianas que reverteram a crise de 1929, mas a proletarianização massiva de largos setores camponeses (com a coletivização forçada na URSS ou o colapso bancário dos pequenos camponeses nos EUA, retratados em *As vinhas da ira*, de Steinbeck “ 2016) e, mais tarde, a destruição da propriedade a uma escala inédita na história da humanidade – foi o apocalipse da II Guerra Mundial, com os seus, os nossos, 80 milhões de mortos. Foi a maior derrota da humanidade.

Os campos de concentração nazi eram campos de trabalho forçado. *Arbeit Macht Frei* (o trabalho liberta) era a inscrição nos portões dos campos, dos quais não era possível sair (tirando fugas heróicas). O trabalho forçado, à escada de milhões entre 1939 e 1945, em centenas de campos e subcampos, inseridos na cadeia produtiva de algumas das maiores empresas da indústria alemã, esteve no centro do projeto do Estado nazi. Muitas destas indústrias reconheceram publicamente a sua cumplicidade com o nazi-fascismo, reconverteram-se no pós-1945 e são hoje parte do pujante motor econômico alemão, ainda que reestruturadas na produção: da produção de material de guerra, tanques e bombas, passaram para a produção de setores químicos/agrícolas, elétricos, automotivos, entre outros. Dessas indústrias, são exemplos Thyssen, IG Farben (AGFA, BASF, Bayer, Hoechst) e Volkswagen, só para citar as mais conhecidas entre centenas. É importante assinalar que mesmo os bombardeamentos aliados pouparam as fábricas, enquanto dizimaram cidades inteiras. Salvaram a maioria dos meios de produção, enquanto infligiam uma derrota incondicional aos impérios alemão e japonês, matando milhões de civis. A leste, na Rússia, vigorava um regime de trabalho forçado, embora sem o recurso à industrialização da morte em câmaras de gás (específica do nazismo na guerra), o Gulag (CARVERI, 1997; BRASS, 2011).

O Estado Social europeu nasce robusto em 1945-1947, dez anos antes da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Ceca) (e depois Comunidade Econômica Europeia – CEE “ e da União Europeia “ UE). A UE sedimenta-se só nos anos 1980, depois de várias crises. Quando se consolida a UE, o Estado Social já havia começado a entrar em crise, embora paulatina. A UE vai ter um papel determinante, através do fundo social europeu e das diretivas comunitárias, em substituir o Estado Social (políticas universais com base em taxação progressiva) pela Assistência Social (políticas focalizadas nos desempregados e pobres com base em transferência de renda de trabalhadores de setores médios para trabalhadores pobres).

As grandes tentativas emancipatórias do século XX na Europa, a Revolução Russa, a Revolução Espanhola, a resistência ao nazismo, a Revolta Húngara, o Maio de 1968 ou a Primavera de Praga e a Revolução dos Cravos, para citar apenas alguns dos momentos em que o espectro da revolução, uma e outra vez, assombrou o velho continente, foram esmagadas por contrarrevoluções brutais, ou derrotadas por amplas concessões, por via de reformas, que os Estados e as classes dirigentes foram forçados a concretizar.

As contrarrevoluções não implicaram só a cooptação e apoio de dirigentes sindicais e políticos dos trabalhadores, de jornalistas e intelectuais que “mudaram de lado”. Entretanto, também envolveram métodos de guerra civil contra grande parte dos dirigentes destes processos, perseguindo-os e assassinando-os de forma desumana no final dos anos 1920 na Rússia, na Espanha republicana, na Alemanha nazi, em Viena, em Budapeste, na resistência grega depois da guerra, sob os tanques soviéticos de novo na Hungria, em 1956, ou na Checoslováquia, em 1968.

A hipótese de que os movimentos de emancipação caminhariam inelutavelmente para o totalitarismo esconde a morte de milhares de dirigentes que lutaram coerentemente por essa emancipação contra o totalitarismo e que por ela morreram. A eles devemos, em primeiro lugar, o melhor que o continente europeu nos deixou. Se, como disse Camões, “um fraco rei faz fraca a forte gente”, é preciso dizer que esses dirigentes fortes com projetos de liberdade e igualdade souberam elevar e organizar as grandes revoltas sociais europeias, impondo limites claros ao caos competitivo do modo de produção capitalista, conquistando o pleno emprego, saúde protegida, educação assegurada, velhice cuidada, independentemente da origem social. Em outras palavras, é a ideia socialista originária.

Seria simplista dizer que o projeto moderno da civilização foi imposto apenas pelo mundo do trabalho. Isso ignora os passos em frente dados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Mas não o é afirmar que a política da emancipação – e estamos no bicentenário do nascimento de Karl Marx (1818-1883) – foi forjada por essa tradição histórica que moldou os dirigentes que dedicaram as suas vidas a encurtar o caminho que separa quem governa de quem é governado, quem sabe e quem faz, quem pensa e quem executa, quem escreve e quem lê (ou não lê). Muitos foram mestres sem discípulos, mas portadores de um romantismo revolucionário que impulsionou a humanidade para melhor.

É um erro historiográfico “embora comum” comparar conjunturas que não são comparáveis. O reformismo político da Alemanha de Weimar deu-se na pujança de acumulação pós-1919 – os “loucos anos 1920”. O reformismo político francês de 1936 apoiou-se na existência de colônias e nos mercados privilegiados que estas proporcionavam. As reformas do Estado Social do pós-1945 foram erguidas estando os trabalhadores europeus armados (milhões de soldados e partisans) e com uma economia de guerra, seguida dos lucros maciços permitidos pelas taxas de crescimento da reconstrução do pós-guerra.

O Estado Social foi abraçado pela social-democracia e pelo movimento comunista fiel à URSS no Ocidente, mas não nasceu de um consenso. Nasceu do apocalipse da II Guerra. A essência deste pacto foi a segurança no emprego, por outras palavras, a possibilidade de os trabalhadores assim regularem o preço da força de trabalho – associada a esta vem o Estado Providência e seus direitos conexos.

O fim do pacto social europeu (1984-1987)

O pacto social europeu terminou entre 1984 e 1987, antes da Queda do Muro de Berlim. As negociações para o fim do pacto social (nas relações de trabalho da Europa) deram-se com a anuência das grandes centrais sindicais europeias e dos partidos de esquerda, social-democratas e comunistas, antes de 1989. Acossados pela deslocalização, tendo como alternativa uma luta férrea que iria desestabilizar a ordem europeia e os compromissos que estes tinham de paz social com as classes dirigentes europeias, preferiram então manter os direitos para os que vinham do pacto, aceitando para os seus filhos a precariedade.

A hipótese de que a Queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim da URSS em 1991 teriam aberto as portas à flexibilização laboral e à crise do Estado Social vem culpabilizar mais uma vez a Rússia pelos destinos da Europa. Desta vez, paradoxalmente, segundo esta tese, a responsabilidade da URSS é ter deixado de existir. É uma tese falsa porque desresponsabiliza o papel dos partidos e sindicatos de esquerda na Europa e confunde, mais uma vez, as cronologias na tentativa de sustentá-la.

É também uma tese, vamos dizê-lo eufemisticamente, indelicada para com o passado. Na verdade, a Europa Ocidental desenvolvida tem uma dívida, ainda por restituir, para com a Rússia atrasada de 1917 – eles ousaram fazer aí a primeira revolução num país. E, imediatamente, os ecos desta revolução chegaram à burguesia europeia que, por temor da repetição de novos outubros e sob pressão da vaga de entusiasmo que a revolução dos soviets tinha suscitado em toda a Europa e no mundo, aceitou elevar as condições de dignidade mínimas do mundo dos trabalhadores.

É depois da Revolução Russa que pela primeira vez o horário de trabalho (junto com a intensificação laboral na Europa) diminui no século XX de forma constante e significativa (BASSO, 2003). Sem a Revolução Russa não se compreende a rápida extensão do sufrágio universal em grande parte dos países europeus. Os primeiros programas sociais na Europa devem-se à Revolução de Outubro. Os europeus maravilharam-se com as vanguardas artísticas representadas por um Maïakóvski ou um Eisenstein – a revolução tinha dado o melhor à humanidade naqueles dias. Foi também a Rússia que pagou o preço mais elevado do Estado Social Europeu – 20 a 30 milhões de mortos na II Guerra Mundial.

A social-democracia alemã – historicamente tão crítica do estalinismo “ recusou-se a assumir a sua participação na criação deste monstro, a burocracia soviética. Rejeitou apoiar, em 1919, 1923 e na década de 1930, a Revolução Russa, deixando-a isolada, atrasada, sem meios para fazer face à dramática escassez. Portanto, foi inviabilizada a construção de uma sociedade socialista que não poderia ser feita sem a abundância baseada na qualificação da força de trabalho, em avanços científicos e técnicos significativos. O preço a pagar pelo temor da revolução na Alemanha foi o quase extermínio do Partido Social Democrata da Alemanha (SPD), nos anos 1930, com a ascensão do nazismo.

A crise atual – que é econômica, política e cultural, além de profunda “ deve-se, entre outros fatores, ao colapso moral da social-democracia, com a “terceira via” e o abraço das políticas neoliberais, iniciado na segunda metade dos anos 1980. Isso porque, ao mesmo tempo que Margaret Thatcher mandava a polícia avançar com violência sobre os mineiros, as grandes centrais sindicais dos principais países europeus, dirigidas por partidos social-democratas e comunistas, negociavam a reestruturação produtiva, sem luta.

A tentativa de fazer face à queda tendencial da taxa de lucro a seguir à crise de 1981-1984 levou a social-democracia a abdicar de si própria, *just in time*, qual retorno dos anos 1930. Desse modo, criou-se um mercado de trabalho europeu hipercompetitivo, inseguro e incerto, no qual os lucros estariam mais seguros ou, pelo menos, não tão à mercê do humor das crises cíclicas.

Os partidos comunistas, por sua vez, carpem a queda de um mundo que nunca existiu – a URSS não era um Estado dos trabalhadores, já que se havia tornado uma nova forma de Estado contra os trabalhadores. A ideologia do assistencialismo, das pré-reformas, do colchão social focalizado e da desistência da luta pelo direito ao trabalho por meio da redução da jornada laboral sem redução salarial nasceu antes da Queda do Muro, pela aceitação da chantagem da deslocalização. Trocaram, como programa político, o direito ao trabalho pelo direito ao subsídio de desemprego.

Os anos 1990 adensaram um caminho que tinha sido traçado no meio da década de 1980, em sede de Concertação Social, em praticamente todos os países europeus, com exceção – e mesmo assim só parcialmente – da França, onde foi mais tardio (justamente pelo impacto que o Maio de 1968 teve na constituição de sindicatos e partidos radicais, retardando a aplicação das medidas neoliberais e assistenciais, mantendo um forte Estado Social e emprego protegido).

Trotsky recusou ser Estaline

Todas as investigações realizadas nas últimas duas décadas a partir de arquivos russos – sublinhamos, todas “ comprovam um corte no regime soviético em 1927/1928. É nesse ano que se dá a coletivização forçada; a introdução massiva do trabalho forçado a uma escala de centenas de milhares

até depois da guerra; e o início da militarização da sociedade. Além disso, é nesse período que, nas fábricas, a comissão de trabalhadores deixa de ser o órgão mais importante, papel que passa a ser desempenhado pelo chefe da polícia política; já as mulheres, que deram, com a Revolução Russa, o maior salto de sempre no que se refere à emancipação, passam a ser de novo escravas do lar e da fábrica, com medidas como a reintrodução da proibição do aborto e o encerramento de creches para controlar a escassez de força de trabalho existente e previsível.

Ademais, Lenine (2015) é o homem que deixa explícito em seu testamento que Estaline não deveria suceder-lhe, por ser bruto, desleal e não saber o que fazer com demasiado “poder concentrado” em si. Entretanto, o partido de Lenine e Trotsky foi fuzilado “na brutal expressão de Victor Serge (1975).

A URSS tinha, no final dos anos 1920, uma produção efetiva inferior à de 1914. Estava arrasada pela I Guerra, pela guerra civil e pelo isolamento. Não havia nem domínio científico, nem quadros formados, nem tecnologia e nem máquinas para produzir *muito para todos*. A solução seria, pois, uma revolução na Alemanha e nos países onde havia desenvolvimento para produzir em abundância, ou uma ditadura de uma minoria – a burocracia do Partido. A burocracia passou a controlar os recursos, vivendo com privilégios (magistralmente caricaturados por George Orwell em *O triunfo dos porcos*), embora a maioria do povo continuasse a viver com escassez de bens essenciais (PELIKÁN, 1972; TICKTIN, 1973).

Estava-se, portanto, muito longe da miséria da servitude czarista, mas cada vez mais distante do socialismo. Isso porque, para que uma casta se apropriasse dos recursos limitados, impôs uma férrea ditadura:

o [...] revisionismo não pode ser encarado como uma mera ‘moda acadêmica’, sendo antes fruto de um contexto sócio histórico determinado. Conforme aponta Jim Wolfreys, não é coincidência que alguns dos intelectuais que mais produziram contributos teóricos para a empreitada revisionista (os *novos filósofos*) sejam caracterizados pela decepção da geração de Maio de 68 com o potencial transformador da política. (MONTEIRO, 2015, p. 25).

A visão da Revolução Russa “totalitária” confunde governos, regimes e Estados – é um erro crasso. Ela é subsidiária da filosofia de Ana Arendt (2006) e de muitas interpretações simplificadas da sua obra. Assumem (corretamente) que entre Estaline e Hitler há uma grande semelhança nos regimes (ditadura), mas ocultam que entre Hitler e as democracias liberais há uma identidade do Estado (capitalista). (DEMIER, 2013).

As sementes da ditadura estalinista estavam tão presentes como as sementes da emancipação no bolchevismo. A rigor, na história, há sementes em todo o lado e de todo o tipo – germinam onde há solos férteis, e só aí passam de pequenos grãos a um dominante modelo social.

Trotsky não foi Estaline porque recusou sê-lo (DEUTSCHER, 2005). Recusou dirigir o “seu” Exército Vermelho contra a burocracia emergente, porque não esteve disponível para dirigir um processo que estava fracassado internamente; sem leite não há socialismo, e, na URSS, não havia leite (TROTSKY, 1976, p. 343). O socialismo é a abundância, mas a URSS era a escassez. A chegada ao poder de Estaline não é resultado da revolução, mas da sua derrota.

Trotsky preferiu, mesmo exilado num “planeta sem passaporte” “ na expressão de André Breton (1985), já que todas as democracias-liberais europeias recusaram o direito de exílio a ele, expulso da URSS “, assumir a direção da Oposição de Esquerda. Durante 20 anos foi perseguido, até ser assassinado no México, em 1940, data em que a maioria dos dirigentes bolcheviques e altos quadros do Exército Vermelho tinham sido também mortos ou presos. Aliás, foi assassinado depois de todos os outros, não por acaso, mas porque até aí ele era o bode expiatório dos processos de Moscovo, cuja acusação primordial era, imagine-se, o *crime de trotskismo*. Dedicou a sua vida a tentar fora da Rússia a revolução mundial. Falhou.

A forma absurda, quase risível, com que muitos dirigentes do Partido Bolchevique caminharam para as execuções em confissões falsas de crimes que jamais cometeram, tudo para “salvar o partido” (DEUTSCHER, 2005), foi descrita de modo magistral pelo escritor Leonardo Padura (2017) em *O homem que gostava de cães*, e pelo clássico romance sobre os processos de Moscovo, *O zero e o infinito*, de Artur Koestler (1979).

Para Victor Serge (2015), as hipóteses de vencer a ditadura burocrática depois dos anos 1930 eram pequenas, mas sem a luta da Oposição de Esquerda “a derrota da revolução teria sido cem vezes mais desastrosa”. Teria? Não sabemos. Sabemos que foi preciso derrotar – e aniquilar fisicamente “ a Oposição de Esquerda para erguer a ditadura soviética depois de 1928.

Nos países mais atrasados, onde a modernização capitalista é mais tardia e já há um peso de um forte movimento operário, a tendência é de que esta modernização seja realizada com o recurso a ditaduras – Rússia, Itália, Alemanha, Portugal e Espanha. A Inglaterra, na sua *glorious revolution* de 1688, e a França de 1789 abriram caminho à modernização dos seus países, através das clássicas revoluções burguesas, quando o operariado não era uma ameaça numérica (DEMIER, 2016, 2013). A partir de 1848 e da Comuna de Paris, de 1871, os operários passaram a não poder ser usados como tropa de choque das revoluções democráticas e burguesas porque, ao colocarem-se em marcha, colocavam em marcha a sua própria revolução social.

Essa é a tese da “revolução permanente” (MENDONÇA, 2014), ou seja, da transformação da revolução democrática em social, da burguesa em proletária, da política em social, da nacional em internacional, da econômica em cultural. Ela tem as suas origens primeiras em Marx e nas revo-

luções de 1848 (LOWY, 2010). Sintetizou-a assim o historiador Franz Mehring (1974, 1976): Marx, a partir de 1848, fez notar que a burguesia aprendeu que nunca mais se apoiaria no proletariado para resolver as suas contendas com a aristocracia. Tinha mais temor do operariado (agora que a Revolução Industrial era imparável) do que da aristocracia, de tal forma que preferiram em muitos países deixar a revolução democrático-burguesa “inacabada”, por assim dizer, mantendo por exemplo formas de regimes monárquicos em grande parte dos países da Europa, que ainda hoje existem, acompanhados de formas de renda parasitária na grande propriedade. Tudo para evitar revoluções sociais.

1917 veio confirmar que o medo não era um delírio. A época das revoluções estava aberta, bem como a das mais mortíferas guerras de sempre para travar as revoluções.

A União Europeia e a Europa

Os que não se “suicidaram” como classe em Wall Street, em 1929, fizeram-no 16 anos depois, entre 1939-1945, do outro lado do Atlântico, em Berlim. Os países mais poderosos do mundo não conseguiram evitar a guerra. A rigor, não houve vencedores da II Guerra, porque depois de 80 milhões de mortos não há vencedores – há a barbárie.

O fim da guerra foi, porém, a construção de uma excentricidade histórica no capitalismo: o pleno emprego e o Estado Social, erguidos em troca de os trabalhadores transformados em soldados – terem entregue as armas em 1945. A estrutura de direitos sociais na Europa nasce antes da criação de qualquer mecanismo de unificação europeu ocidental, como a Ceca e a CEE. Nasce do fato de a propriedade estar destruída, de a resistência ter por composição social trabalhadores armados e das greves do pós-guerra.

Entretanto, a destruição do rival dos EUA, da França e da Grã-Bretanha ergueu uma nova relação internacional de Estados – a supremacia norte-americana e o início da Guerra Fria. O Plano Marshall rapidamente evolui para um plano de mútua ajuda, a resistência francesa ao rearmamento alemão foi ultrapassada pela integração da Alemanha Federal na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Nato) e a ideia dos Estados Unidos da Europa, na Declaração de Schumann, foi abandonada pela construção de uma Europa com crescente integração econômica. Hoje, sem compreendermos esta subordinação da Europa aos EUA não entendemos a evolução da União Europeia e também das suas contradições internas.

As últimas cinco décadas da história da Europa foram marcadas também pelo inusitado crescimento do papel do Estado na economia, e não pela ausência de intervenção do Estado na economia, como tantos argumentam. Houve mudanças – profundas “ na intervenção estatal. Hoje há muito mais e não menos Estado do que antes da II Guerra Mundial, seja

através dos mecanismos de Concertação Social, seja através das políticas sociais focalizadas, da Assistência Social, que cobrem o crescente desemprego e/ou baixos salários, seja através das alterações do quadro legal que regulamenta a precarização laboral (a flexibilidade laboral é marcada por formas de regulamentação estatal que a promovem, e não por ausência de regulamentação do Estado), da dívida pública, da coleta de impostos, dos subsídios às empresas privadas e da extensão do papel deste na formação e manutenção da força de trabalho.

A crise dos regimes políticos europeus atuais expressa, entre outros fatores, o quase constante aumento da abstenção eleitoral; por sua vez, a crise do bipartidarismo, agravada em múltiplos aspectos depois de 2008, não é uma crise de Estado. Pelo contrário, este se fortaleceu no curto prazo, ganhando uma enorme influência sobre o tecido econômico, com a salvação das instituições bancárias e financeiras. Mas a crise não pode ser compreendida fora do âmbito do crescimento do aumento de impostos concomitante à perda de serviços e da sua qualidade – o fim do “modelo social europeu”. A médio prazo, este “fim do modelo social” vai transformar-se numa crise do próprio Estado.

Uma e outra vez os intelectuais são por isso chamados a ir ao pretérito da sua função, como defende o filósofo Terry Eagleton (1991, p. 116) ao falar acerca destes, da crítica e da esfera pública: “A crítica moderna nasceu de uma luta contra o Estado absolutista; a menos que no seu futuro se defina agora como uma luta contra o Estado burguês, é possível que não lhe esteje reservado futuro algum”.

É difícil afirmar que a União Europeia, com uma brutal e crescente desigualdade, não tenha criado também uma identidade forte, “de baixo para cima”, nestas décadas de paz. O que os europeus farão com isso no futuro permanece uma incógnita. A Europa será socialista ou não será: a premissa da III Internacional não se verificou – a Europa foi e é capitalista, além de estar, embora de uma forma híbrida, nova e *em parte* unida. Mas a Europa será sem socialismo no futuro? Isto é, resistirá à competição dos seus Estados e das empresas destes Estados num próximo choque cíclico, numa próxima crise brutal? É altamente improvável que tudo permaneça como está. *E é preciso construir desde já a alternativa.*

Falando ao Conselho Econômico Industrial do Ministério de Planejamento, na URSS, Trotsky (2010) afirmou em 1926:

Eu falei dos *Estados Unidos Socialistas da Europa* e do *autogoverno dos trabalhadores*. Eu tinha em mente que a Europa, presa num beco sem saída, não sobreviveria a velhas divisões internas. [...] Dissemos que, sob as atuais divisões e fronteiras, a situação da Europa não tem esperanças [...] A burguesia europeia sonha, timidamente, com a unificação, não por quaisquer motivos disruptivos, mas simplesmente para sobreviver; não para entrar em boa forma, mas para se manter viva. Esta é a ‘psicologia’ dos atuais governos europeus. E eu não vou ser otimista por eles.

Do ponto de vista histórico, tem o mesmo valor – nulo – dizer que a “barbárie é inevitável” ou o “socialismo é inevitável”. Ambos precisam abdicar da história e viver num eterno presente. Ambos recusam-se a olhar o passado. Ambos não se veem como projetos a disputar, no terreno social, a consciência da população, mas como premissas garantidas num mundo natural, sem homens, sem história. Ambos conduzem à inação.

Se é verdade que nas guerras destes 100 anos as burguesias nacionais chocaram-se umas com as outras, fruto da sua voragem insaciável sobre os recursos, efetivamente, a história do século XX é também a história das revoluções e da luta das burguesias ou classes dirigentes para impedi-las e combatê-las. Este século, especialmente o último quartel, é também a tentativa para destruir o sentido de classe dos trabalhadores, profaná-lo, atomizá-lo.

Autodeterminação

As palavras de Leon Trotsky são, ao mesmo tempo, um dilema e um desafio. O lugar efetivo do espectro da autodeterminação expandiu-se notoriamente nos últimos 200 anos. O propósito do materialismo histórico tem sido, desde então, precisamente o de fornecer a mulheres e homens os meios efetivos através dos quais possam exercer uma autêntica autodeterminação coletiva, pela primeira vez na história, e decidir o destino de suas próprias vidas. Não é outro o objetivo autodeclarado da revolução socialista mundial – isto é, na linguagem clássica da clareza e da urgência da prosa de Karl Marx – o que é “a transição do reino da necessidade para o reino da liberdade”.

Assistimos hoje ao que a intelectual norte-americana Elen Wood (1997) chamou o “reco dos intelectuais”, que abdicaram de pensar livremente e de serem um contrapoder ao Estado, ao poder dominante. Renunciaram à crítica, com contundência, ao modelo econômico e social em que vivemos, deixaram de perguntar quem produz, o que produz, para quem e como:

Vivemos tempos curiosos. Justamente quando os intelectuais de esquerda no Ocidente têm a rara oportunidade de fazer algo útil, se não realmente histórico, eles – ou grande porção deles – estão em pleno reco. Justamente quando reformadores na União Soviética e no Leste Europeu procuram no capitalismo ocidental paradigmas de sucessos econômicos e políticos, muitos de nós parecemos abdicar do papel tradicional da esquerda ocidental como crítica do capitalismo. Justamente quando mais do que nunca precisamos de um Karl Marx que revele o funcionamento interno do sistema capitalista, ou de um Friedrich Engels que exponha a feia realidade ‘no chão’, o que temos é um exército de ‘pós-marxistas’ cuja principal função é, aparentemente, afastar conceitualmente o problema do capitalismo. (WOOD, 2016).

Temos pela frente desafios colossais como trabalhadores do mundo, uma classe hoje tão diversa e heterogênea, entre o trabalho manual e o intelectual, entre o centro e a periferia, atravessada por questões tão complexas como diferenças salariais, de acesso à cultura, de gênero, de etnias, de línguas, de linguagens etc. Porém, comum neste sentido primordial é a *classe que vive-do-trabalho*.

O desafio hoje é assumirmos que temos responsabilidades históricas sobre os destinos da Europa, enquanto ideia central de fraternidade entre povos. Isso implica uma luta “indissociável” na defesa da liberdade e da igualdade, do socialismo. Na URSS não havia liberdade e isso causou estagnação econômica. Entretanto, a insegurança no emprego, que hoje domina os Estados europeus, ainda que em regimes democráticos, não trará nada à Europa que não seja também a estagnação econômica, a queda na produção e, no limite, ainda que cíclica, a escassez da força de trabalho.

Temos responsabilidade de exigir a liberdade efetiva, em que os direitos sociais tenham a dignidade dos direitos políticos; em que o direito ao emprego, como garantia de sobrevivência e direito à dignidade de viver do trabalho, e não da assistência social, seja acarinhado com a determinação com que é hoje protegido o direito ao voto. Igualdade real para todos, que permita dar segurança material para que as diferenças sejam respeitadas e floresçam a diversidade, a arte, a criação, as relações humanas densas. Acreditamos que encontramos no passado algumas respostas para estes desafios. A história não se repete. Mas ensina-nos. Muito. Do seu desconhecimento nada de bom pode brotar.

Referências

- ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ARENDRT, H. *As origens do totalitarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 2006.
- BASSO, P. *Modern times, ancient hours, working lives in the twenty-first century*. London; New York: Verso, 2003.
- BRASS, T. *Labour regime change in the twenty-first century*. Unfreedom, capitalism and primitive accumulation. Leiden: Brill, 2011.
- BRETON, A. Position politique du surréalisme. In: _____. *Manifestos do Surrealismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRETON, A.; TROTSKY, L. *Por uma arte revolucionária independente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CAMÕES, L. de. *Os Lusíadas*. Porto: Figueirinhas, 2016.
- CRAVERI, M. C. the strikes of Noril'sk and Vorkuta camps and their role in the breakdown of the stalinist forced labour system. In: BRASS, T.; VAN DER LINDEN, M. (Ed.). *Free and unfree labour*. The Debate Continues. Bern: Peter Lang, 1997.
- DEMIER, F. *O longo bonapartismo brasileiro 1930-1964*. Rio de Janeiro: Maud, 2013.
- _____. *O que é uma revolução?* Lisboa: Colibri, 2016.
- DEUTSCHER, I. *The prophet armed: Trotsky 1879-1921. The prophet unarmed: Leon Trotsky, 1921-1929. The prophet outcast: Leon Trotsky, 1929-1940*. London: Verso books, 2005.
- EAGLETON, T. *A função da crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- KOESTLER, A. *O zero e o infinito*. Lisboa: Europa-América, 1979.
- LENIN, V.I. *Lenin's final fight*. Speeches & writings 1922-1923. New York: Pathfinder, 2015.
- LOWY, M. *A política do desenvolvimento desigual e combinado*. São Paulo: Sundermann, 2010.
- MEHRING, F. *Karl Marx, vida e obra*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 1974.
- _____. *Karl Marx, vida e obra*. Vol. II. Lisboa: Editorial Presença, 1976.
- MENDONÇA, C. E. R. de. *Trotsky e a revolução permanente* " História de um conceito chave. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

MONTEIRO, M. L. Revolução Russa e revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da “tese da continuidade”. *Revista História e Luta de Classes*, n. 19, mar. 2015.

PADURA, L. *O homem que gostava de cães*. Lisboa: Porto Editora, 2017.

PELIKÁN, J. The struggle for socialism in Czechoslovakia. *New Left Review*, jan.-fev. 1972.

SERGE, V. *Ano um da Revolução Russa*. Lisboa: Edições Delfoes, 1975.

SERGE, V.; SEDOVAS, N. *The life and death of Leon Trotsky*. Chicago: Haymarket Books, 2015.

SOUSA, J. de S. Líder do PCP, um dos maiores partidos comunistas da Europa Ocidental, “Revolução de Outubro: ideais e valores para o nosso tempo”. *Diário de Notícias*, 7 de nov. 2017.

STEINBECK, J. *As vinhas da ira*. Lisboa: Livros de Brasil, 2016.

TICKTIN, H. H. T. Towards a political economy of the USSR. *Critique*, n.1, 1973.

TROTSKY, L. *Escritos*. Tomo V, vol. 1. Bogotá: Pluma, 1976.

_____. Sobre a questão das tendências de desenvolvimento da economia mundial. In: _____. *Imperialismo e crise econômica mundial*. São Paulo: Sundermann, 2010.

WOOD, E. M. The retreat of the intellectuals. 1990. *Jacobin Magazine*, 2016. Disponível em: <<https://www.jacobinmag.com/2016/01/ellen-meiksins-wood-gramsci-socialism-capitalism-intellectuals-postmodernism-identity/>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

WOOD, E.; FOSTER, J. B. F. (Ed.). *Em defesa da história*. Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

DOI: 10.12957/rep.2018.36686

Recebido em 18 de junho de 2018.

Aceito para publicação em 24 de junho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.